



PARECER PRÉVIO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10184/2013.

Aposos: Processo nº 10115/2012, 10079/2013, 10032/2013, 10227/2013 e 10285/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Angelus Cruz Figueira (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Rubia Teixeira Prata e Anderson Kenneth Santos Belforth

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 316/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas do **Sr. Angelus Cruz Figueira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Manacapuru (exercício de 2012), com fundamento no art. 127, § 5º, da Constituição Estadual cuja redação estabelece que o julgamento deverá ser feito em até 60 dias, a contar da data de publicação do Parecer Prévio emitido por este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Julho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



PARECER PRÉVIO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10184/2013.

Apensos: Processo nº 10115/2012, 10079/2013, 10032/2013, 10227/2013 e 10285/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Angelus Cruz Figueira (Ordenador de Despesa)

6- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 316/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2012.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Comunicação. Ofício. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Angelus Cruz Figueira,** responsável pela Prefeitura Municipal de Manacapuru (exercício de 2012);
- 9.2. Aplicar Multa ao Sr. Angelus Cruz Figueira, no valor R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos)** para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (janeiro, fevereiro e dezembro), **totalizando R\$ 3.288,09 (três mil, duzentos e oito reais e nove centavos),** com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.3. Aplicar Multa ao Sr. Angelus Cruz Figueira, no valor de R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos),** com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Resolução nº 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das impropriedades abaixo relacionadas. O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias:

- pelas seguintes impropriedades constantes no “tópico 1” da Proposta de Voto: 01 a 69, 71 a 149, 151 a 155, 157 a 173, 175 a 212, 215 a 247 e 249 a 273;
- pelas seguintes impropriedades constantes no Laudo Técnico Conclusivo nº 015/2014-DICAMI: 02 a 06, 9, 35 a 48, 53, 55, 58 a 73, 75, 77 a 83, 86 a 89, 91, 93 a 101;

9.4. Aplicar Multa ao Sr. Angelus Cruz Figueira, no valor de R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das impropriedades abaixo apontadas. O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias:

- pelas seguintes impropriedades constantes no “tópico 1” da Proposta de Voto: 70, 150, 156, 174, 213, 214, 248 e 274;
- pelas seguintes impropriedades constantes no Laudo Técnico Conclusivo nº 015/2014-DICAMI: 07 a 14, 16 a 19, 21 a 21 a 32, 56, 57 e 85;

9.5. Aplicar Multa à Sra. Marimeí Gomes de Vasconcelos, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em virtude das falhas de natureza contábil, discutidas no “tópico 2”, da Proposta de Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias;

9.6. Aplicar Multa individualmente, às empresas Fabia Santa Rita Construções LTDA., B.V. de Material de Construção e Construtora LTDA., Empreiteira S.J. LTDA. e Eder Restauração e Construção de Imóveis LTDA., no valor de R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM,



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

em virtude de terem implicado dano ao erário da Prefeitura Municipal de Manacapuru conforme descrito na Fundamentação da Proposta de Voto. As multas em questão deverão, no prazo de 30 dias, ser recolhidas na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ.

9.7. Considerar em Alcance o Sr. Angelus Cruz Figueira, na importância de **R\$ 5.122.931,35 (cinco milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos)**, corrigido monetariamente, em virtude das seguintes impropriedades constantes no “tópico 1” da Proposta de Voto: 70, 150, 156, 174, 213, 214, 248, 274 e Carta Convite 06/2012. Além disso, fixar a responsabilidade solidária pela restituição dos montantes abaixo relacionados dos responsáveis pela execução das obras/serviços, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manacapuru. O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias.

- a) Da empresa Fabia Santa Rita Construções LTDA., na quantia de **R\$ 152.839,46 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos)**, na qualidade de empresa contratada, em virtude da impropriedade nº 150 e Carta Convite 06/2012, constante no “tópico 1” da Proposta de Voto;
- b) Da empresa B.V. de Material de Construção e Construtora LTDA., na quantia de **R\$ 74.159,02 (setenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e dois centavos)**, na qualidade de empresa contratada, em virtude das impropriedades nº 213 e 214, constante no “tópico 1” da Proposta de Voto;
- c) Da empresa Empreiteira S.J. LTDA., na quantia de **R\$ 38.287,00 (trinta e oito mil e duzentos e oitenta e sete reais)**, na qualidade de empresa contratada, em virtude da impropriedade nº 248, constante no “tópico 1” da Proposta de Voto;
- d) Da empresa Eder Restauração e Construção de Imóveis LTDA., na quantia de **R\$ 95.462,30 (noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta centavos)**, na qualidade de empresa contratada, em virtude da impropriedade nº 274, constante no “tópico 1” da Proposta de Voto;

9.8. Considerar em Alcance nos termos dos arts. 304, I e 305, §1º, da Resolução 04/2002-TCE/AM, o **Sr. Angelus Cruz Figueira**, no montante de **R\$ 24.561.524,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e vinte e quatro reais)** corrigido monetariamente e que deverá ser recolhido na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Manacapuru no prazo de 30 dias em face das restrições



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

não sanadas relacionada aos itens:

- a) R\$ 76.424,00 (setenta e seis mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), em virtude de despesas a título de ajuda financeira para tratamento de saúde sem a existência de programa municipal específico e norma legal (item 07 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- b) R\$ 666.283,61 (seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos), em virtude da distribuição gratuita de materiais registrado na conta Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita sem a existência de programa municipal específico e norma legal (item 08 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- c) R\$ 3.244.971,95 (três milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos), pago a título de serviços de terceiros pessoa física (item 09 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- d) R\$ 182.800,00 (cento e oitenta e dois mil e oitocentos reais), em virtude de Dispensa de Licitação DL-026 para compra de carne bovina, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 10 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- e) R\$ 316.555,00 (trezentos e dezesseis mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais), em virtude da Dispensa de Licitação DL-037, para compra de carne bovina, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 11 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- f) R\$ 968.202,69 (novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e dois reais e sessenta e nove centavos), em virtude da compra sem licitação de gêneros alimentícios, valor que exigiria a realização de uma licitação na modalidade concorrência (item 12 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- g) R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), em virtude da Inexigibilidade de Licitação IL-001, para contratação de banda para show gospel, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 13 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- h) R\$ 2.944.401,39 (dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e um mil reais e trinta e nove reais), em virtude das compras de combustível sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, conforme Apêndice III, o que exigiria uma licitação na modalidade concorrência (item 14 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- i) R\$ 147.498,00 (cento e quarenta e sete mil e quatrocentos e noventa e oito reais), em virtude da contratação de serviços de mão-de-obra com fornecimento de máquinas e equipamentos para retirada de entulho e limpeza pública, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, o que exigiria uma licitação na modalidade



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

tomada de preços (item 16 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

j) R\$ 60.740,00 (sessenta e mil e setecentos e quarenta reais), em virtude da contratação de serviço de locação de máquinas e equipamentos utilizados para retirada de entulho e limpeza pública, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 17 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

k) R\$ 13.670,00 (treze mil e seiscentos e setenta mil reais), em virtude da contratação de serviço na remoção de entulho das vias públicas, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 18 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

l) R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente à contratação de serviço prestado na locação de tratores para retirada de entulho e limpeza pública, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, o que exigiria uma licitação na modalidade tomada de preços (item 19 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

m) R\$ 1.523.451,76 (um milhão, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos), em virtude da contratação de serviço de locação de veículos de passeio, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, conforme Apêndice VI (item 21 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

n) R\$ 1.551.749,67 (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil reais, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos), em virtude da contratação de serviço de locação de veículos tipo ônibus e micro-ônibus, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, (item 22 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

o) R\$ 757.490,00 (setecentos e cinquenta e sete reais e quatrocentos e noventa reais), em virtude da contratação de serviço de locação de veículos tipo caçamba, sem licitação, bem acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 23 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

p) R\$ 115.550,00 (cento e quinze mil reais e quinhentos e cinquenta e reais), em virtude da contratação de serviço de locação de veículos tipo caminhão, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, (item 24 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

q) R\$ 108.006,00 (cento e oito mil e seis reais), em virtude da contratação de serviço de desonorização, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, (item 25 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

r) R\$ 869.960,34 (oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos), em virtude das compras de medicamentos, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 26 do Laudo Técnico Conclusivo nº



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

15/2014);

s) R\$ 53.780 (cinquenta e três mil e setecentos e oitenta reais), em virtude da contratação de serviço fúnebres sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 27 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

t) R\$ 78.200,00 (setenta e oito mil e duzentos reais), em virtude da contratação de serviço de iluminação pública, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 28 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

u) R\$ 56.304,00 (cinquenta e seis mil e trezentos e quatro reais), em virtude da contratação de serviço de iluminação pública, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 29 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

v) R\$ 97.953,63 (noventa e sete mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), em virtude da contratação de serviço de emissão de passagem, sem licitação, bem acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (item 30 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

w) R\$ 77.898,24 (setenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), em virtude da compra de preservativo masculino, sem licitação, acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993, e R\$ 178.851,00 (cento e setenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e um reais), em virtude da contratação de serviço de hospedagem, sem licitação, bem acima do autorizado pelo inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/1993 (itens 31 e 32 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

x) R\$ 10.132.737,58 (dez milhões, cento e trinta e dois mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos), em virtude das Dispensas de Licitações, realizadas com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, para construção de Creche-escola infantil tipo B (item 56 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

y) R\$ 79.960,75 (setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), em virtude da Dispensa de Licitação nº 001/2012 – M. M. DA SILVA CONSTRUTURA – EPP — Serviços de Reforma dos Anexos I e II da Escola Municipal de Ensino Fundamental José da Luz (item 57 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);

z) R\$ 20.084,48 (vinte mil, oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), em virtude do pagamento de diárias sem comprovação de deslocamento (item 84 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014); e R\$ 3.000,00 (três mil reais), em virtude da contratação de serviços contábeis de servidora efetiva do cargo técnico de contabilidade (item 85 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.9. Considerar em Alcance o Sr. Angelus Cruz Figueira**, na importância de **R\$ 242.810,22 (duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e dez reais e vinte e dois centavos)** corrigido monetariamente, conforme dicção do art. 304, III, da Resolução n.º 04/02 - TCE/AM, face à divergência nos valores informados a título de aquisição de bens permanentes e o constatado *in loco* (item 72 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manacapuru. O recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.10. Determinar** à atual gestão da Prefeitura Municipal de Manacapuru:
- que obedeça os prazos dispostos na Resolução nº 13/2015 - TCE/AM;
 - que informe de maneira tempestiva todos os dados referentes ao sistema e-Contas;
 - que cumpra os ditames da Lei nº 8.666/93;
 - que regularize os débitos fiscais, contratuais e trabalhistas;
 - que realize o controle patrimonial de custos;
 - que cumpra os ditames da LRF;
 - que implemente o Controle Interno com relatórios periódicos de suas atividades;
 - que recolha o FGTS dos contratos de maneira temporária;
- 9.11. Comunicar** o Egrégio Tribunal de Contas da União - TCU sobre as obras paralisadas, resultantes de convênios federais (item 90 do Laudo Técnico Conclusivo nº 15/2014);
- 9.12. Oficiar** o eminente Ministério Público do Estado do Amazonas, remetendo cópia (em mídia) do presente caderno processual, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei nº 2.423/1996;
- 9.13. Determinar** a fixação de 30 (trinta) dias aos responsáveis para que recolham, em benefício dos cofres da Prefeitura Municipal de Manacapuru, os valores inerentes às glosas descritas e, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002;
- 9.14. Determinar** desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de



ACÓRDÃO Nº 45/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

não recolhimento dos valores da condenação, referente à presente Prestação de Contas de responsabilidade do Sr. Angelus Cruz Figueira, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;

- 9.15. Dar ciência** ao Sr. Angelus Cruz Figueira, à Sra. Marimeí Gomes de Vasconcelos, à Prefeitura Municipal de Manacapuru, à Câmara Municipal de Manacapuru e às empresas ora penalizadas sobre o desfecho concedido a estes autos de Prestação de Contas Anuais;

10- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Julho de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral